



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

QUADRIÉNIO DE 2021-2025

ATA N.º 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, para efeitos do plasmado no artigo 28.º, n.º 1, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto no artigo 13.º, n.º 1 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no Centro Cultural de Tábua, pelas catorze horas e trinta minutos, tendo sido aguardados quinze minutos pela chegada dos presentes, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábua.

Face à ausência anunciada do Segundo Secretário da Mesa Assembleia Municipal, Maria Dulce Garcia Coimbra, e conforme previsto no n.º 2 do artigo 6.º do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, o Presidente designou como seu substituto o membro da assembleia municipal Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira, que aceitou o cargo e ocupou o respetivo lugar, tendo de seguida procedido à chamada.

Deputados Municipais Presentes:

Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares
Paula Cristina Figueiredo Ribeiro
João Luiz Alves Fiuza
André Rui Nunes Bernardes da Cunha Graça
Olga Mafalda da Cruz Nunes
António Carlos da Fonseca Nina
Rui Brito Pereira
Carolina Cardoso Gonçalves
Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira
Francisco Ivo de Lima Portela
José Alberto Pereira
Nuno Miguel Castanheira Carvalho
Gabriela Sofia Fonseca Marques
Leonardo Rafael Amado Brito
Abílio Rodrigues



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Carlos António Abreu Fonseca Varandas
Beatriz Marques Andrade
Pedro José Pereira Cardoso
Amadeu Alves, em substituição da Deputada Municipal Maria Dulce Garcia Coimbra
Lúcia Margarida Martins Baptista Neves, em substituição da Deputada Municipal Ana
Marta Santos André de Lima
José Manuel Antunes, em substituição do Deputado Municipal João Daniel Martins
Ferreira

Presidentes de Freguesias Presentes:

José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
Rogério Manuel Lopes Neves (Presidente J. F. da Carapinha)
Sónia Isabel Alves Rodrigues Oliveira (Presidente J. F. de Midões)
António Domingos Santos Gouveia (Presidente J. F. de Mouronho)
José Ângelo Pires de Oliveira (secretário), em representação de Susana Filipa Perira de
Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)
Marisa Isabel Martins Bernardo (Presidente J. F. de São João da Boavista)
Francisco José Martins Pais (Presidente J. F. de Tábua)
Isabel Maria Castanheira Dinis de Oliveira Lourenço (Presidente da União das F. de
Ázere e Covelo)
João Nuno Fonseca Borges de Brito (Presidente da União das F. de Covas e Vila Nova
de Oliveirinha)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente da União das F. de Espariz e Sinde)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente da U.F. Pinheiro de Coja e Meda de Mouros)

Membros Faltosos:

Maria Dulce Garcia Coimbra
Ana Marta Santos André de Lima
João Daniel Martins Ferreira

Presente o Presidente da Câmara:

Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Vereadores Presentes:

Vice-Presidente, António Manuel Fonseca Oliveira
Vereador, Vítor Hugo Rodrigues de Melo
Vereadora, Susana Margarida Macedo Mendes



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vereadora, Maria do Rosário Martins Garcia Pereira de Almeida

Vereador, David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Vereadores Faltosos:

Vereador, Carlos Alberto dos Santos

Uma vez verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Tavares, declarou aberta a sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, foi distribuído o Esboço da Minuta da Ata da presente sessão ordinária da Assembleia Municipal.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021, JÁ ENTREGUE A TODOS OS MEMBROS:

No início deste ponto, foi colocada a discussão a Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2021.

Uma vez analisado este ponto e não tendo sido solicitados mais esclarecimentos, foi colocado à votação pelo Presidente da Mesa o teor da Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2021, pela forma usual de votar.

Da contagem dos votos dos vinte e cinco Membros nesse momento presentes e que participaram na referida sessão da Assembleia Municipal, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: vinte e cinco.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, a Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2021, pelos membros presentes na referida sessão da Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. LEITURA E APRECIAÇÃO DO EXPEDIENTE/À DISPOSIÇÃO DE TODOS OS MEMBROS INTERESSADOS:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, nos termos do estipulado no Regime Municipal [artigos 8.º, n.º 1, alínea n) e 7.º, n.º 1, alínea m)], foi dado conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes para o concelho, incluindo mensagens, informações, explicações e convites recebidos até à data e desde a última assembleia, o qual fica arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta, a saber:

- E-mail, datado de 03 de janeiro de 2022, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento uma informação sobre o restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos;

- E-mail, datado de 03 de janeiro de 2022, do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento uma nota informativa da DGAL sobre os apoios autárquicos de combate aos efeitos da pandemia;

- E-mail, datado de 06 de janeiro de 2022, do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento alguns diplomas publicados com impacto na gestão autárquica;

- E-mail, datado de 07 de janeiro de 2022, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento alguns pareceres recentemente publicados pela assessoria jurídica da ANAM;

- E-mail, datado de 10 de fevereiro de 2022, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tábua (CPCJ), documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento o relatório anual de atividades, a avaliação da CPCJ de Tábua e Plano de Ação de 2022;

- E-mail, datado de 25 de fevereiro de 2022, da Senhora Vereadora do Pelouro das Contraordenações e Reclamações, Dra. Susana Mendes, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento a informação enviada ao Município Senhor Rui Moura, no seguimento da informação apresentada à Mesa da Assembleia Municipal de Tábua em 28 de dezembro de 2021;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- E-mail, datado de 09 de fevereiro de 2022, da Deputada Municipal, Maria Dulce Garcia Coimbra, documento que se dá por reproduzido, sobre a sua falta à presente Assembleia Municipal;

- E-mail, datado de 16 de fevereiro de 2022, da Deputada Municipal, Ana Marta André de Lima, documento que se dá por reproduzido, sobre a sua falta à presente Assembleia Municipal;

- E-mail, datado de 16 de fevereiro de 2022, do Deputado Municipal, João Ferreira, documento que se dá por reproduzido, sobre a sua falta à presente Assembleia Municipal;

- E-mail, datado de 26 de dezembro de 2021, da Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Midões, Susana Oliveira, documento que se dá por reproduzido, sobre a sua falta à presente Assembleia Municipal e respetiva representação pelo secretário da referida junta.

Referindo-se às faltas apresentadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Tavares, considerou as mesmas justificadas, de acordo com o disposto no artigo 36.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.

3. REFLEXÃO SOBRE A SAÚDE – INTERVENÇÕES DO DR. ANTÓNIO QUEIMADELA BAPTISTA, COORDENADOR DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO PINHAL INTERIOR NORTE E DO DR. ANTÓNIO CAPELA DANIEL, COORDENADOR DO CENTRO DE SAÚDE DE TÁBUA:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi feita uma introdução ao assunto, conforme documento ¹ que se aproveita anexar à presente ata, com apresentação dos oradores ou especialistas convidados, Senhor Dr. António Queimadela Baptista, Coordenador do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, e Dr. António Capela Daniel, Coordenador do Centro de Saúde de Tábua, que discursaram sobre o tema “saúde”, tendo sido também distribuídos a todos os Membros presentes dois artigos de opinião sobre o assunto.

¹ Documento n.º 1, páginas 1-3.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao orador convidado, Senhor Dr. António Capela Daniel, que no uso dela, endossou cumprimentos a todos os presentes.

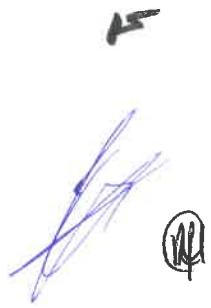
Fazendo uma breve reflexão sobre o Sistema Nacional de Saúde, realçou que “defende”, “acredita” e “muito preza” o sistema de saúde pública em Portugal, apesar de acreditar que atualmente este sistema encontra-se “doente”. Salientou que todos os dias ouvimos falar da demissão de equipas de saúde de serviços de urgência por cansaço e excesso de horas, da centena de milhares de utentes sem médico de família, da falta de médicos, falta de enfermeiros, falta de assistentes técnicos, falta de assistentes operacionais e da falta de condições em algumas unidades de saúde. É neste contexto que, em seu entender, urge falar e refletir sobre a saúde pública em Portugal, a qual, como é de conhecimento comum, tem sido prejudicada nas últimas décadas face ao forte desinvestimento nesta área.

Deu conhecimento de que o número médio de médicos em Portugal por cem mil habitantes é maior do que o da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, enquanto o número de enfermeiros por cem mil habitantes é inferior à média da OCDE e abordou o número de formados na área da medicina e enfermagem, assim como as horas semanais de trabalho dos médicos e enfermeiros. Com o número de médicos a mais e com o número de enfermeiros a crescer, questionou, retoricamente, a razão pela qual faltam estes profissionais no Sistema Nacional de Saúde, exteriorizando, que, em seu entender, em primeiro lugar, existe uma má distribuição dos recursos humanos, absorvendo os grandes centros urbanos mais profissionais na área hospitalar. Existe uma grande falta de médicos na área familiar, incluindo nas zonas urbanas. Em segundo lugar, existe uma falta de incentivos remuneratórios ou de uma rápida progressão na carreira pública, para que a fixação de profissionais seja efetivo e exclusiva, comparando o atual vencimento dos assistentes técnicos, enfermeiros e médicos no sistema público, com os valores ao sistema privado, sendo estes muito superiores e atrativos.

Referindo-se ao setor privado da saúde, informou que em 2021 o Estado pagou 520 milhões de euros em horas extraordinárias, sendo que uma fatia considerável desta quantia foi contratualizado com empresas privadas para a prestação de serviços de médicos.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



O Dr. Capela Daniel abordou ainda a formação académica dos médicos em Portugal. Fazendo uma breve análise dos gastos, e propondo um serviço cívico compensatório no Sistema Nacional de Saúde para “pagar” a sua formação.

Seguidamente e referindo-se à Pandemia devido à COVID-19, o orador mencionou o novo sistema de consultas telefónicas e digitais que, em certos casos, podem substituir as consultas presenciais, evitando-se assim algumas deslocações desnecessárias.

Deu conhecimento de outras consultas presenciais imprescindíveis, como é o caso das consultas psiquiátricas comunitárias, em que semanalmente um psiquiatra médico e um especialista de psiquiatria enfermagem, deslocam-se ao Centro de Saúde de Tábua para dar consultas de psiquiatria, totalizando 50, 60 consultas por mês, o que traduz em menos deslocações dos doentes a Coimbra. Tendo em consideração o sucesso desta experiência de consultas locais, referiu poder ser alargada a outras especialidades.

De seguida, abordou a estrutura hospitalar existente em Portugal, os diversos serviços hospitalares, a logística envolvente, e uma eventual reestruturação do atual sistema hospitalar, sugerindo até uma repartição das infraestruturas existentes.

Falou ainda na falta da literacia na área da saúde por parte dos utentes.

Terminou o seu discurso, salientando que a Pandemia veio mostrar que o Sistema Nacional de Saúde está vivo e que é imprescindível à saúde dos Portugueses, que é imprescindível em Portugal, pelo que «*há que o defender, há que atualizá-lo, há que financiá-lo e há que rentabilizá-lo, para bem de todos nós*».

No uso da palavra, o seguinte orador convidado, Senhor Dr. António Queimadela Baptista, endossou cumprimentos a todos os presentes e prestou uma palavra de agradecimento a todas as equipas com quem colabora e trabalha enquanto Delegado de Saúde Pública.

Referindo-se à Pandemia, salientou que de uma forma muito pró-ativa todos têm ultrapassado momentos muito difíceis das suas *vidas pessoais, familiares, das instituições, e que estes momentos certamente ajudaram a crescer uns e outros com todas as nossas diferenças, para um bem comum, sendo esse bem comum neste caso em concreto Tábua e os Tabuenses*.

Prestou uma palavra de agradecimento a todas as pessoas com quem falou ao telefone e com quem tentou sempre de uma forma integrada resolver as questões que



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

surgiam. Tentando responder às questões atuais sobre a vacinação, o Senhor Delegado de Saúde referiu que os Portugueses dão cartas nalguns setores da vida e nalguns setores da saúde, sendo, efetivamente, a vacinação um desses campos. Abordou, brevemente, o historial do processo de vacinação no nosso País, esclarecendo que atualmente o programa de vacinação em Portugal é recomendado. Informou que até à presente data não tem havido problemas na implementação de campanhas. As taxas de coberturas são muito elevadas. Não tem havido grandes *"movimentos negacionistas"* que possam por em causa ou levar a cabo uma conduta que fere o sucesso da vacinação. Com a vacinação COVID houve uma grande expectativa na diminuição dos casos, que não houvesse segundos contágios, que a doença fosse eliminada. O que não se verificou. Contudo, referiu, que tem havido uma melhor compreensão da doença, uma nova abordagem face à vacinação e que tem sido benéfico para esclarecer de melhor forma os cidadãos. Realçou que a sua grande mensagem, face às grandes adversidades, é que temos que nos unir, dando como exemplo algumas situações vividas enquanto Delegado de Saúde. Por fim, acrescentou que sempre teve a sensação das orientações transmitidas serem cumpridas, que os cidadãos acautelaram e tiveram comportamentos preventivos e que se ajudaram uns aos outros nos momentos mais difíceis.

Solicitou o uso da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Midões, Sónia Isabel Alves Rodrigues Oliveira, que no uso dela, cumprimentou os presentes e enalteceu a criação do projeto *"Balcão SNS 24, Porque a Junta está mais perto"*, que irá facilitar e promover o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde, evitando deslocações desnecessárias à instituição e facultando uma melhor gestão, ainda que à distância, em relação à saúde individual. Não esquecendo os esforços conjuntos da Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Centro de Saúde, no sentido da reabertura das extensões dos Centros de Saúde existentes no Concelho e aproveitando a presença dos oradores convidados, a Senhora Presidente de Junta questionou a previsão para a reabertura da extensão de saúde de Midões, visto ser uma questão colocada diariamente à Junta de Freguesia pelos Midonenses.

Respondendo a esta questão, interveio o Senhor Dr. António Capela Daniel, Coordenador do Centro de Saúde de Tábua, informando, que esta extensão era para reabrir no início de fevereiro, mas devido à falta de assistentes técnicos não foi possível



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essa reabertura. Adiantou, contudo, estarem os serviços centrais competentes a tratar dos procedimentos contratuais para solucionar esta questão.

Seguidamente, solicitou o uso da palavra o Senhor Vereador Vítor Melo, do PPD/PSD.CDS-PP, de acordo com o disposto no artigo 22.º, n.º 3, do Regimento da Assembleia Municipal. Tendo a anuência do Senhor Presidente da Câmara, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Vereador.

Usando da palavra, o Senhor Vereador cumprimentou todos e salientou, que com a transferência de competências o Estado “entregou” o problema/responsabilidade dos antigos SAPS – Secretaria Atenção Primária à Saúde às Autarquias. Neste contexto, gostaria de ouvir, por parte dos Oradores, as pessoas que estão no terreno, o que têm a dizer sobre a transferência de competências, tendo em consideração a forma como ela hoje está estruturada, referindo ainda que o Estado continua responsável pelo quadro de pessoal, contudo, em relação aos investimentos e infraestruturas “entregou a terceiros”.

Interveio o Senhor Dr. António Capela Daniel, Coordenador do Centro de Saúde de Tábua, salientando que, em seu entender, a transferência de competências do edifício do Centro de Saúde de Tábua e das assistentes operacionais para a Câmara foi “uma *mais-valia*”. Enalteceu a excelente relação, de décadas, com a Câmara, referindo que enquanto representante do Centro de Saúde de Tábua, consegue contactar de forma mais célere com o Presidente da Câmara ou Vereador do Pelouro da Saúde do que com a ARS - Administração Regional de Saúde do Centro.

Abordou, as excelentes condições do Centro de Saúde de Tábua, a contratação de uma telefonista, por parte da Câmara Municipal, e a transferência das assistentes operacionais para os quadros da Câmara Municipal e no que concerne ao encerramento dos SAPS, recordou que as urgências em Tábua encerraram de acordo com as medidas decretadas pelo Governo.

Interveio o Senhor Deputado, Carlos António Abreu Fonseca Varandas, Membro do Grupo Municipal PS, endossando cumprimentos a todos e referiu que a Pandemia veio demonstrar a importância dos médicos de saúde pública, assim como a importância da matemática e estatística no quotidiano da vida do cidadão, em particular na área da saúde, dando conhecimento da previsão realizada pelo Instituto Superior Técnico sobre a Pandemia, onde lecionou durante quarenta anos.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, o Senhor Deputado felicitou o Senhor Dr. António Capela Daniel por “*pôr o dedo na ferida*” em relação a várias situações. Salientou que em primeiro lugar a situação da saúde não se resolve sem uma nova política salarial, dando como exemplo os vencimentos dos recém-licenciados Engenheiros no setor privado, cujo valor é superior ao do setor público, sendo esta a principal causa que leva os recém-licenciados Médicos e Enfermeiros a imigrarem.

Em segundo lugar, referiu ser inaceitável, atualmente, obrigar um doente a deslocar-se para o Hospital Central para realizar intervenções secundárias e consultas simples que podiam ser realizadas em hospitais de retaguarda no Distrito de Coimbra.

Terminou, felicitando, uma vez mais, o orador Senhor Dr. António Capela Daniel pela abordagem do seu discurso em relação à saúde.

Intervieio o Senhor Dr. António Capela Daniel, dando conhecimento de alguns hospitais de retaguarda que são um sucesso em outros distritos em Portugal.

Dada a palavra à Deputada Municipal Paula Cristina Figueiredo Ribeiro, líder do Grupo Municipal PPD/PSD.CDS-PP, endossou cumprimentos a todos os presentes e congratulou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, Nuno Tavares, por propor estes temas de reflexão à Comissão Permanente da Assembleia Municipal, para serem presentes aos Membros da Assembleia Municipal de Tábua.

Em seu entender, cabe, igualmente, aos Membros da Assembleia Municipal refletirem sobre os assuntos do “*dia-a-dia*”, uma vez que «*todos podem fazer a diferença, não só como Órgão Deliberativo, mas também como esclarecedor da Comunidade*».

A Senhora Deputada agradeceu a presença dos Senhores Oradores que, «*trouxeram grandes esclarecimentos sobre um tema que nos é tão grato hoje em dia, que é a Saúde, o bem mais essencial que todos nós temos*».

De seguida, a Senhora Deputada manifestou uma palavra de apreço à Senhora Vereadora Maria do Rosário Martins Garcia Pereira de Almeida, Médica de Família no Centro de Saúde de Tábua.

Por fim, a Senhora Deputada prestou uma homenagem a todos os profissionais de saúde, Médicos, Enfermeiros e Auxiliares de Saúde, que ajudam todos os dias cidadãos e doentes que estão a passar por momentos difíceis.

Enquanto enfermeira, a Senhora Deputada Lúcia Margarida Martins Baptista Neves, do Grupo Municipal PS, veio acrescentar à presente discussão uma reflexão



MUNICÍPIO DE TÁBUA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

45
JL

sobre o investimento feito pelo Estado nos equipamentos médicos nos Centros de Saúde, equipamentos estes, que em seu entender profissional, estão muito subaproveitados devido à falta de profissionais, sendo situação que se arrasta há muitos anos.

Referiu ser necessário existir uma coordenação entre o Ministério da Saúde e as Autarquias, de modo a “aproveitar” e “rentabilizar” estes equipamentos técnicos de raios x, laboratórios, etc..

Abordando os salários dos funcionários de saúde, a Senhora Deputada deu, ainda, como exemplo, a sua situação profissional. Trabalha no setor público há 20 anos e atualmente o seu vencimento é o mesmo da de um recém-licenciado.

Respondendo a esta questão, o Senhor Dr. António Capela Daniel abordou o subaproveitamento do laboratório de análises de Arganil.

Seguidamente, solicitou o uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Cruz, que no uso dela, endossou os habituais cumprimentos a todos os presentes e um cumprimento especial aos oradores convidados, iniciando a sua intervenção prestando uma palavra de solidariedade para com o povo da Ucrânia devido à invasão por parte da Rússia, sentindo-se com o “coração apertado”.

No que concerne ao presente assunto, o Senhor Presidente da Câmara felicitou os discursos realizados, prestando uma palavra de agradecimento especial e pessoal, bem como de elogio, ao Senhor Dr. António Capela Daniel, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos vários anos da sua carreira dedicados ao Concelho de Tábua, assim como, um agradecimento especial e pessoal ao Senhor Dr. António Queimadela Baptista, por tudo o que tem feito nesta época de COVID-19.

Quanto ao reaproveitamento das instalações indicadas, em seu entender, é necessário fazer uma maior insistência junto da tutela de modo a tornar o nosso Sistema Nacional de Saúde mais eficaz, salvaguardando os interesses dos Tabuenses.

Esclareceu ter tido sempre o Executivo uma visão clara sobre a descentralização das competências no domínio da Saúde, acrescentando ser imprescindível perceber quais são as competências efetivas do Município, tendo dado conhecimento das competências transferidas em relação à infraestrutura e dos três assistentes operacionais transferidos para o quadro de pessoal do Município.

Terminada a reflexão, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.



MUNICÍPIO DE TÁBUA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4. INTERVENÇÃO DOS EXMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:

No âmbito deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela ordem de inscrição.

Tomaram o uso da palavra os Membros da Assembleia Municipal e pela ordem de inscrição, a Deputada Municipal Olga Mafalda da Cruz Nunes, Líder do Grupo Municipal do PS, a qual cumprimentou todos os presentes, apresentando à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção, documento² que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

Entre vários assuntos, a Senhora Deputada agradeceu também a presença dos oradores convidados e abordou a Guerra na Ucrânia, a programação e organização da *"Tábua de Queijos e Sabores da Beira"* e os resultados eleitorais das Eleições Legislativas 2022.

A Senhora Deputada, propôs, ainda, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, um Voto de Reconhecimento à Equipa Feminina de Futsal do Grupo Desportivo Tabuense, que se sagrou Campeã da Divisão de Honra da Associação de Futsal de Coimbra, conforme documento³ apresentado à Mesa da Assembleia Municipal e que aqui se dá por reproduzido em anexo à presente ata.

De seguida, interveio o Senhor Presidente da União das Freguesias de Espariz e Sinde, Fernando Manuel de Brito Gameiro, cumprimentando todos os presentes e propôs à Mesa da Assembleia Municipal um Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Eurico Amaral, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Espariz, de acordo com o disposto no documento⁴ escrito apresentado à Mesa da Assembleia Municipal, que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

Dada a palavra à Deputada Municipal Paula Cristina Figueiredo Ribeiro, Líder do Grupo Municipal PPD/PSD.CDS-PP, a mesma apresentou, um profundo pesar, pelo momento que estamos a atravessar em termos políticos a nível Internacional em relação à invasão da Rússia na Ucrânia e neste âmbito, a Senhora Deputada propôs um Voto de Pesar por esta tragédia, pela violação do Direito Internacional Público, fazendo de

² Documento n.º 2, páginas 1-3.

³ Documento n.º 3, página 1.

⁴ Documento n.º 4, página 1.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



suas palavras as do Presidente da Câmara, dizendo que todos estamos com o “coração muito apertado” em relação a esta tragédia.

Realçou que de certa forma esta situação irá “mexer” com todas as vidas, tanto no que diz respeito ao nível dos combustíveis, como a nível humanitário. Irá ser uma perda de vidas humanas e de bens. Milhares de famílias sem teto, dando origem à proliferação dos refugiados, uma situação devastadora.

De seguida, a Senhora Deputada congratulou a Equipa Feminina de Futsal, subscrevendo o Voto de Reconhecimento proposto pelo Grupo Municipal PS e em relação ao Voto de Pesar proposto, subscreveu o proferido pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Espariz e Ázere.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a palavra ao Deputado Municipal Leonardo Rafael Amado Brito, Membro do Grupo Municipal do PS, que no uso dela e após cumprimentar todos os presentes, congratulou também a Equipa Feminina do Grupo Desportivo Tabuense, pela vitória alcançada, desejando sucesso para a próxima fase.

Seguidamente, o Senhor Deputado congratulou o evento desportivo Motociclismo de Enduro, um Campeonato Nacional que muito contribui para “elevar o Município além-fronteiras”.

Referindo-se à reformulação do Cartão Jovem Municipal, o Senhor Deputado congratulou o Município pelo lançamento de uma app, que, em seu entender, irá certamente conectar mais os jovens, criando uma ligação com os serviços e lojas locais, incluindo o comércio tradicional local, referindo ainda que este cartão oferece descontos em diversos serviços.

Enquanto membro do Conselho Municipal de Jovens, quis dar a conhecer o Projeto “TÁBUA YOUTH, Juventude és tu!”, que está a ser desenvolvido por jovens, para jovens, esclarecendo que no âmbito deste projeto foram identificados 7 eixos de intervenção, nomeadamente: «1. Desporto Turismo e Lazer; 2. Inovação e Empreendedorismo; 3. Educação, Formação e Capacitação; 4. Emprego e Fixação; 5. Cidadania Ativa; 6. Cultura, e 7. Comunicação». O Senhor Deputado deu ainda conhecimento da candidatura para a criação do Logotipo de “TÁBUA YOUTH, Juventude és tu！”, e endereçou um convite a todos os Jovens Tabuenses para participarem neste concurso público, a decorrer até ao próximo dia 04 de março.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Handwritten signature)

O Senhor Deputado abordou a criação do Provedor da Juventude de Tábua, salientando não servir apenas como uma ponte entre os Jovens e o Município, sendo uma voz para os Jovens do Concelho, «uma mais-valia que vai permitir aumentar a comunicação entre os jovens, que vai permitir toda a criação, todas as ideias. Vai permitir que tudo que os jovens acham de mal e de bem chegue mais facilmente ao nosso Executivo Camarário, e evidentemente à nossa Assembleia Municipal».

O Senhor Deputado Municipal deu ainda conhecimento da reunião realizada com a FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis, na qual esteve presente o Vereador do Pelouro da Juventude de Tábua, os membros do Conselho da Juventude e o Vice-Presidente da FNAJ, que congratulou o Conselho pela criação desta figura, uma ideia pioneira no Distrito de Coimbra.

Não havendo mais pedidos de intervenção, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado a votação o Voto de Reconhecimento à Equipa Feminina de Futsal do Grupo Desportivo Tabuense, que se sagrou Campeã da Divisão de Honra da Associação de Futsal de Coimbra, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e dois votos a favor.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Pesar pelo falecimento do antigo Presidente da Junta de Freguesia de Espariz, Eurico Amaral, que foi aprovado por unanimidade, tendo sido respeitado um minuto de silêncio, a ser comunicado por escrito à Família, transmitindo o voto de pesar.

Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o Voto de Pesar pelo sofrimento de todas as pessoas que estão a sofrer pela invasão da Ucrânia e por esta guerra, que foi aprovado igualmente por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO (REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS), NA SUA ATUAL REDAÇÃO:



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AS
K
M

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi posto à apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, referente à atividade do Município, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c), conjugado com o artigo 35.º, n.º 1, alínea y), Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá por integralmente reproduzido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Não houve nenhuma intervenção por parte dos membros, pelo que, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

2. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi posto à apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a situação financeira do Município de Tábuas, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c), conjugado com o artigo 35.º, n.º 1, alínea y), Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá por integralmente reproduzido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Atendendo ao exposto, no início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição, conforme documentos anexos à presente ata e que dela fazem parte integrante.

Usou da palavra o Deputado Municipal António Carlos da Fonseca Nina, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD.CDS-PP, endossando cumprimentos a todos. Referindo-se à última Assembleia Municipal de dezembro, respetivamente à sua intervenção em relação ao orçamento, em que classificou a situação financeira da Câmara como "má" e a necessitar urgentemente de um saneamento financeiro, pediu naquele dia à Câmara o fornecimento de mais elementos, sendo que até à data ainda não foi fornecido. Em concreto, aguarda o fornecimento dos dados em relação à dívida a credores, a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AS
M

fornecedores e outros, e a respetiva antiguidade, assim como os compromissos assumidos com as Instituições do Concelho.

Deste modo, apelou, uma vez mais, à Câmara e aos respetivos serviços, que estes elementos sejam fornecidos, o quanto antes. Exteriorizando a sua preocupação, o Senhor Deputado Municipal referiu *não imaginar* que existisse dívidas a Instituições como à EDP e ADSE, dívida esta reportada nos documentos enviados através dos acordos prestacionais celebrados.

Realçou preocupar-se ainda mais em relação a outros credores, nomeadamente em relação às empresas do Concelho, em que a dívida em atraso para com eles se reflete em cadeia no não pagamento das suas obrigações.

Salientou que a bancada do PSD se tem debatido bastante com estas questões, pelo que reitera a sua posição, uma vez não ser desejável que a situação financeira da Câmara seja uma “*armadilha de adereço político*”.

Manifestou, mais uma vez, a disponibilidade do PSD para discutir de uma forma séria estas questões, reconhecendo ser urgente fazer opções, escolher onde se deve investir o dinheiro público de uma forma séria e transparente.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Cruz, no uso dela realçou o compromisso do Executivo em recuperar financeiramente o Município, referindo que na próxima Sessão da Assembleia Municipal de abril será apresentada a prestação de contas do Município, e que este será o fórum indicado para debater este assunto, assumindo o compromisso de apresentar nas Reuniões de Câmara e Assembleias Municipais todos os acordos celebrados, de forma séria e transparente, para que possamos todos ficar satisfeitos com a resolução dos mesmos, independentemente das opções políticas ou partidárias que possam daí advir.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

3. DELIBERAR, CASO SEJA NECESSÁRIO, SOBRE PRORROGAÇÃO DO PRAZO ATÉ 1 DE JANEIRO DE 2023 DA TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado conhecimento que o processo de descentralização de competências no domínio da Ação Social se iniciou com a aprovação do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto e que na Sessão da



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal de 18 de junho de 2021, foi deliberada a não-aceitação da transferência dessas competências.

Mais informou ter sido publicado o Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, o qual veio permitir a prorrogação do prazo da transferência destas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2023, com o objetivo de permitir aos municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das mesmas, a respetiva preparação e adaptação ao nível da formação de recursos humanos e dos sistemas de informação e a verificação dos dados financeiros.

Informou ainda o Presidente da Assembleia que também nos termos legais, tal prorrogação deverá ser comunicada à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) até 14 de Março de 2022, após prévia deliberação dos órgãos deliberativos dos municípios, pelo que poderá ser necessário a assembleia municipal deliberar nesse sentido.

Foi presente a Minuta da Ata n.º 04/2022, no que diz respeito à deliberação n.º 31 tomada na Reunião de Câmara Pública de 23 de fevereiro p.p., respeitante ao assunto em questão, na qual o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento da aceitação da delegação de competências na área em questão, a partir de 01 de abril do ano em curso, mas condicionada à aprovação do Orçamento do Estado.

Atendendo ao exposto, foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal, pela ordem de inscrição.

Solicitou o uso da palavra a Deputada Municipal, Paula Cristina Figueiredo Ribeiro, Líder do Grupo Municipal PPD/PSD.CDS-PP, que no uso dela referiu que a posição da bancada do PPD/PSD.CDS-PP, é efetivamente pela prorrogação do prazo, atendendo ao facto de que esta transferência de competências, designadamente da Ação Social, mexe com a vida de todos os Tabuenses e com a população em geral, sendo, deste modo, imprescindível uma reflecção profunda sobre esta situação, para que não se tome *"um passo maior do que a perna"*.

A Senhora Deputada adiantou que efetivamente a conjuntura económica é péssima, existindo muitas dívidas de mandatos anteriores, pelo que entende ser necessário haver mais rigor na apreciação destas matérias, até porque grande parte dos Municípios estão a atrasar esta transferência de competências. Realçou, que o Município de Tábua não tem condições para aceitar esta responsabilidade, e que a aceitação é uma atitude que merce alguma preocupação, uma vez que estamos a tratar da vida das pessoas, sendo certo que o que vem exige muita responsabilidade por parte



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Município e muita despesa. Terminou comunicando que «*atendendo a tudo isto, é melhor para todos os Tabuenses que efetivamente seja deliberado no sentido da prorrogação, sendo esta a posição do PPD/PSD.CDS-PP a considerar*».

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Cruz, esclarecendo, que «*independentemente de ser um bom ou mau negócio*», «*é sempre bom para os Tabuenses porque ficam com um serviço de maior proximidade*».

O Senhor Presidente fez uma breve análise em relação à aceitação atempada das competências no domínio da educação e saúde, abordando algumas vantagens e desvantagens desta antecipação em relação às outras Autarquias da Região de Coimbra que ainda não aceitaram as transferências de competências, sendo uma das desvantagens a nível financeiro, uma vez que com esta proximidade existe sempre um maior investimento por parte do Município.

O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento das reuniões realizadas no âmbito da transferência de competências da Ação Social, que contaram com a presença do Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o processo em si reúne todas as condições, contudo, devido à questão do Orçamento do Estado, obriga o Executivo a ser cauteloso.

Realçou estar o Executivo disponível para aceitar esta transferência de competências, contudo, entende, que se deverá aguardar pela aprovação do Orçamento do Estado para 2022, pelo que a Câmara Municipal em sua reunião, aprovou por unanimidade a prorrogação do prazo até 1 de janeiro de 2023, podendo a aceitação desta transferência de competências ser efetuada antes deste prazo, dependendo da aprovação do Orçamento do Estado para 2022.

Analizados os documentos apresentados e distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, dados por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais e que ficam arquivados em pasta própria, condicionada a aceitação da transferência de competências em causa, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, à aprovação do Orçamento do Estado, tendo por base o valor a transferir para o Município, não reunindo por isso o Município neste momento ou até 31 de março de 2022 condições para o efeito, será necessário prorrogar o prazo.

Foi então colocada à votação, pela forma usual de votar, e conforme permitido pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, a prorrogação do prazo até 1 de janeiro de 2023 da transferência de competências para a autarquia de Tábua e entidades



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intermunicipais no domínio da ação social, o que poderá ocorrer e conforme assim deliberado na reunião do executivo, após aprovação do Orçamento de Estado e estejam reunidas as demais condições.

Da contagem dos trinta e dois Membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta e dois.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, a prorrogação do prazo até 1 de janeiro de 2023 da transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social, com comunicação dessa intenção à Direcção-Geral das Autarquias Locais, nos termos legais, até 14 de março de 2022, podendo contudo tal ocorrer e conforme assim deliberado na reunião do executivo, após aprovação do Orçamento de Estado e estejam reunidas as demais condições.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

4. APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU'S) DE MIDÕES, MOURONHO, SEVILHA E VILA NOVA DE OLIVEIRINHA:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente a informação n.º 016/2022, datado de 16 de fevereiro de 2022, da Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística (DOPGU), que se faz acompanhar de quatro projetos e Minuta da Ata n.º 04/2022, no que diz respeito à deliberação n.º 36 tomada na Reunião de Câmara Pública de 23 de fevereiro p.p., referente à delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (doravante ARU) de Midões, Mouronho, Sevilha e Vila Nova de Oliveirinha, documentação apresentada pela Câmara Municipal de Tábua, a qual foi distribuída aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos legais, ficando arquivada em pasta própria.

Mais informou o Senhor Presidente da Mesa e conforme consta da referida Informação, que a Assembleia Municipal de Tábua, na sua sessão de 26 de dezembro de 2018, havia deliberado aprovar a delimitação destas Áreas de Reabilitação Urbana, mas que tendo ocorrido a respetiva caducidade, tal deliberação terá de ser renovada.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre o exposto, foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela ordem de inscrição.

Usou da palavra o Deputado Municipal Nuno Miguel Castanheira Carvalho, Membro do Grupo Municipal PPD/PSD.CDS-PP, endossando cumprimentos a todos. Parabenizou o Município pelas ARU's, que em seu entender, é um excelente investimento nas aldeias, que ajuda a combater a desertificação, incentivando a recuperação dos edifícios abandonados.

O Senhor Deputado questionou se estão previstas outras ARU's para o Concelho de Tábua e para quando o Executivo prevê a aprovação do PDM, uma vez que conjugado com este projeto das ARU's, contribuirá para uma maior dinamização das aldeias do Concelho.

Interviu depois o Senhor Deputado, Carlos António Abreu Fonseca Varandas, Membro do Grupo Municipal PS, endossando, novamente, cumprimentos a todos, felicitou o Município por esta iniciativa, que, em seu entender, «só peca por ter demorado muito tempo em ser implementada». Lembrou não poder haver fixação de pessoas, nomeadamente pessoas reformadas, nas povoações, se não houver boas condições de saúde e de habitação. Terminou felicitando uma vez mais o Executivo, fazendo votos para que esta iniciativa seja estendida a outras aldeias, outras freguesias do Concelho.

Respondendo às questões suscitadas, o Senhor Presidente da Câmara lembrou os presentes que este projeto é bastante moroso. Esclareceu, que o Executivo pretende "fechar" as ARU's em curso e em paralelo "abrir" outras ARU's e ORU's, contudo realçou ser necessário analisar quais serão iniciadas para que não se perca o conceito em torno deste projeto e o seu objetivo.

Quanto ao PDM, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento das reuniões realizadas na CCDRC em torno deste Plano, abordando ainda sucintamente o respetivo processo, fazendo referência às 24 entidades envolvidas que, de certa forma, "estrangulam" a autonomia da Câmara no assunto.

De modo a prestar mais alguns esclarecimentos sobre o ponto de situação do projeto das ARU's e do PDM, o Senhor Presidente da Câmara solicitou o uso da palavra por parte da Chefe da Divisão das Obras Particulares e Gestão Urbanística, Eng.^a Luísa Marques. Atendendo o pedido, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra à Senhora Eng.^a Luísa Marques para prestar os devidos esclarecimentos técnicos à Assembleia Municipal.

No uso da palavra, a Senhora Chefe de Divisão, Eng.^a Luísa Marques, cumprimentou os presentes e fez um breve resumo do historial do processo respeitante às ARU's e ORU's. Deu conhecimento dos prazos das ORU's – Operações de Reabilitação Urbana, esclarecendo não existir a figura de prorrogação ou de revogação, pelo que o prazo caduca no espaço temporal de três anos. Esclareceu, que as ORU's são um conjunto articulado de intervenções que visam de forma integrada a reabilitação de uma determinada área delimitada, que podem ser simples ou sistemáticas. Adiantou que a Câmara pretende fazer uma reabilitação sistemática, que abrange os edifícios e espaços públicos envolventes. Com a aprovação das ARU's os municípios podem beneficiar de um conjunto de medidas, incluindo benefícios e incentivos fiscais, como o IVA a 6%. Terminou comunicando que com a aprovação das ARU'S, a Câmara pode iniciar a execução das ORU's, pelo período de três anos, sendo posteriormente o assunto presente novamente à Assembleia Municipal.

Intervio novamente o Senhor Deputado, Carlos António Abreu Fonseca Varandas, Membro do Grupo Municipal PS, questionando que garantias é que os municípios têm que as ARU's vão ser implementadas nos três anos em causa, realçando ser projeto um instrumento muito importante para as aldeias. Questionou ainda sobre se já houve reuniões com os proprietários destas ARU's.

Usando da palavra, o Senhor Presidente da Câmara salientou ser fundamental analisar o projeto num todo, uma vez que com este projeto também advém um compromisso por parte dos proprietários e perdas financeiras por parte da Câmara com isenção e redução de taxas, daí um projeto desta natureza ser moroso e não ser possível implementá-lo em todas as freguesias do Concelho. Por fim, voltou a salientar que com este projeto existem vários compromissos de ambas as partes, proprietários e Câmara Municipal.

Após análise e discussão, tendo sido prestados os esclarecimentos solicitados, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, os quatro projetos de delimitação da ARU de Midões, Mouronho, Sevilha e Vila Nova de Oliveirinha.

Da contagem dos trinta e um Membros presentes, apurou-se o seguinte resultado:



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta e um.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, os projetos de delimitação da ARU de Midões, Mouronho, Sevilha e Vila Nova de Oliveira, ao abrigo do disposto na alínea a), n.º 1 do artigo 7.º e no n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), deliberação a publicitar na 2.ª Série do Diário da República e a remeter às entidades oficiais.

5. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA E FISCALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o Processo respeitante ao Projeto de Regulamento Municipal da Mera Comunicação Prévia e Fiscalização de Espetáculos de Natureza Artística, que se faz acompanhar da Minuta da Ata n.º 04/2022, no que diz respeito à deliberação n.º 32 tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal de 23 de fevereiro de p.p., documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.

Apreciado o assunto e prestados os devidos esclarecimentos, pelo Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, o Projeto de Regulamento Municipal em referência.

Da contagem dos votos dos trinta Membros, nesse momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, o seguinte:

- concordar e aprovar o Projeto de Regulamento Municipal da Mera Comunicação Prévia e Fiscalização de Espetáculos de Natureza Artística;

- agilizar o procedimento de publicação no Diário da República e todos os procedimentos inerentes ao processo administrativo em questão.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nenhum membro solicitou o uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

II – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Foi apresentado à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito entregue ao Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal no decorrer na presente sessão, elaborado pelo Senhor Rui Silveiro de Moura, residente em Tábua, documento⁵ a remeter à Câmara Municipal e que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

Não houve esclarecimentos por parte do Executivo Camarário.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi declarada por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábua às 17 horas e 25 minutos.

Para constar se lavrou a minuta de ata, a qual foi depois exibida em ecrã para melhor verificação de todos, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**, com zero votos contra, zero abstenções e trinta e dois votos a favor, no dia da referida sessão da Assembleia Municipal.

A presente ata foi redigida pela Técnica Superior, Liliana Marina Fonseca Cristóvão, e que eu, João Luiz Alves Fiúza, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares, para efeitos do disposto no artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

O Presidente da Mesa:

Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares

O Primeiro Secretário:

João Luiz Alves Fiúza

O Núcleo de Apoio:

Liliana Marina Fonseca Cristóvão

⁵ Documento n.º 5, páginas 1-3.